

2

A questão da opinião

Neste capítulo abordamos três aspectos em torno do vocábulo *opinião*: o conceito, apresentado sob diversas óticas e campos teóricos; as características do gênero artigo de opinião; e, por último, uma maior contextualização do nosso corpus de estudo com a explicitação de uma breve história da opinião no jornalismo brasileiro e português.

2.1

O conceito de opinião

Como já nos referimos anteriormente, podemos dizer que a definição de opinião instiga a pesquisa pelas questões de modalidade, pois é por meio dos valores modais construídos nos enunciados lingüísticos que expressamos nossas opiniões.

Cervoni (1989, 57 e 58) estabelece essa relação, mostrando que nas seqüências

Pedro virá.

Paulo desconfia que Pedro virá.

Eu sei que Pedro virá,²

o enunciador apresenta como verdadeira a futura vinda de Pedro, sob diferentes formas, mas as três seqüências acima *dizem a mesma coisa sobre a opinião do locutor*, como diz esse autor, apenas em graus diferentes.

O presente trabalho, ao estudar a modalidade na manifestação da *opinião*, pretende dar uma contribuição ao estudo da semântica das línguas naturais, suportada por um quadro teórico definido.

Assim a palavra central do presente trabalho é *modalidade*, mas a palavra *opinião* tem um lugar especial, pois é de opinião, ou de opiniões, que estamos

² Como veremos mais adiante, sobre uma mesma relação predicativa, no caso [*Pedro vir*], podem incidir diferentes operações de que resultam diferentes valores modais.

tratando. E, mais precisamente, estamos tratando da relação existente entre *modalidade* e *opinião*. Assim, começamos a contextualizar nosso objeto de estudo a partir do conceito de *opinião*.

Quando nos referimos à *opinião*, podemos primeiramente pensar nos amplos significados que a palavra pode tomar, dependendo do contexto em que estiver inserida.

Nesse sentido, começamos pela significação mais genérica e universal, expressa no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas:

Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão: este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões, e de protestar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras.

E exatamente por existir esse princípio, acreditamos, é que podemos realizar o presente trabalho.

A palavra *opinião* possui várias definições, dependendo da ótica teórica. E recorreremos a alguns autores para defini-la.

Nos dicionários:

De acordo com Aurélio Buarque de Holanda, *opinião* significa *modo de ver, de pensar, de deliberar: liberdade de opinião; parecer, conceito; idéia, doutrina, princípio: idéias democráticas*.

→ Para Caldas Aullete, *é maneira de opinar, parecer emitido ou manifestado, voto dado sobre um certo assunto*.

Já na perspectiva da filosofia, *opinião* refere-se ao

juízo baseado numa crença acerca da verdade de algo, entretanto sem justificativa teórica ou exame crítico. A *opinião* é, portanto, sempre relativa a quem a sustenta e às circunstâncias em que é emitida. (...) Na filosofia clássica, sobretudo em Platão e Aristóteles, a *opinião* (*doxa*) opõe-se à ciência (*episteme*) e ao pensamento racional (*dianoia*, *noesis*), sendo originária dos sentidos e, portanto, sujeita à variação, à ilusão e, portanto, ao erro; ao contrário da ciência, que se funda na razão. (Japiassú e Marcondes, 1999, 201).

→ Para Abbagnano (1999, 729), *opinião*

tem dois significados: o primeiro, mais comum e restrito, designa qualquer conhecimento (ou crença) que não inclua garantia alguma da própria validade; no segundo, designa genericamente qualquer asserção ou declaração, conhecimento ou crença, que inclua ou não uma garantia da própria validade. Este segundo significado é mais usado do que explicitamente definido. No primeiro significado, opinião contrapõe-se a ciência.

Searle (2000, 18) designa de posição-padrão a *opinião* que temos antes da reflexão, de modo que qualquer desvio de uma posição-padrão vai exigir um esforço consciente e um argumento convincente.

Já, anteriormente, Descartes identificou as *opiniões preconcebidas*, ou seja, são opiniões advindas de crenças que trazemos antes de começar a pensar filosoficamente (Cottingham, 1995, 130). E é justamente a partir da demolição dessas *opiniões preconcebidas* (ou os *edifícios* a serem demolidos) que Descartes desenvolve sua idéia de um sistema reconstruído de conhecimento, já com as novas bases a que ele denomina *princípios* – que se referem a pontos de partida claros e imediatamente evidentes para a investigação (*ibidem*, 44).

Searle indica, ainda, algumas posições-padrão para as questões principais, a saber (2000, 18 e 19):

- Há um mundo real que existe independente de nós, independente de nossas experiências, pensamentos, linguagem.
- Temos acesso perceptivo direto a esse mundo por meio de nossos sentidos, especialmente o tato e a visão.
- As palavras de nossa linguagem, palavras como coelho ou árvore, têm em geral significados razoavelmente claros. Por causa de seus significados, podem ser usadas para nos referirmos aos objetos reais do mundo e para falarmos sobre eles.
- Nossas afirmações são, em geral, verdadeiras ou falsas dependendo de corresponderem ao mundo como as coisas são, ou seja, aos fatos do mundo.
- A causalidade é uma relação real entre objetos e estados de coisas do mundo, uma relação pela qual um fenômeno, a causa, provoca o outro, o efeito.

O mesmo autor (*Ibidem*, 20) nos diz que existe uma distinção entre *posição-padrão* e *senso comum*:

É tentador pensar que o que venho chamando de posições-padrão é o que o senso comum chamaria de “senso comum”. Acho que isso é um erro. O “senso comum” não é uma noção muito clara mas, da maneira como a entendo, o senso comum é basicamente uma questão de crenças amplamente difundidas e geralmente inquestionadas. Embora não haja linhas divisórias claras, o que venho chamando de posições-padrão é muito mais fundamental do que o senso comum. Trata-se, creio, de uma questão de bom senso que, se queremos que as pessoas sejam gentis conosco, é melhor que sejamos gentis com elas. Esse tipo de senso comum não tem opiniões sobre questões metafísicas básicas, como a existência do mundo externo ou a realidade da causalidade. O senso comum é, na maioria das vezes, uma questão de opiniões comuns.

E acrescenta que o conceito de *pano de fundo* é anterior a tais opiniões. Além disso, Searle diz que, entre as posições-padrão que formam o pano de fundo cognitivo das pessoas, talvez a mais fundamental seja ‘um determinado conjunto de pressuposições sobre a realidade e a verdade’. E quando ‘agimos ou pensamos ou falamos das maneiras a seguir, tomamos muitas coisas como pressupostos’ (Searle, 2000, 21).

Assim, *pano de fundo* é outro conceito com que Searle trabalha, definindo-o como o conjunto de capacidades, habilidades, tendências, hábitos, disposições, pressuposições admitidas e *know-how* que possuímos para poder lidar com o mundo.

Outra distinção que Searle faz, e que tem a ver com o conceito de opinião, é entre *subjetivo* e *objetivo*:

Essas palavras têm sentidos diferentes. (...) Naquilo que talvez seja a noção mais comum de “subjetividade”, e da distinção entre “subjetivo” e “objetivo”, uma afirmação é considerada verdadeira ou falsa independentemente dos sentimentos, atitudes e preconceitos das pessoas. Uma afirmação é epistemologicamente subjetiva se sua verdade depende essencialmente das atitudes e sentimentos dos observadores. Chamo esse sentido das palavras – distinção entre objetividade e subjetividade – de “objetividade epistemológica” e “subjetividade epistemológica”. Assim, a afirmação “Rembrandt nasceu em 1609” é epistemologicamente objetiva porque podemos saber com certeza se é verdadeira ou falsa, não importa como nos sintamos a respeito. A afirmação “Rembrandt era um pintor melhor do que Rubens” não é epistemologicamente objetiva dessa maneira, porque sua verdade é, como se diz, uma questão de gosto ou de opinião. Sua veracidade ou falsidade depende das atitudes, preferências e avaliações dos observadores. Esse é o sentido epistemológico da distinção entre objetivo ou subjetivo. (*Ibidem*, 48).

Daí ser a *opinião*, segundo Searle, uma questão *epistemológica subjetiva*.

Buscamos também na Psicologia, mais especificamente em Figueiredo e Cervellini (1996), como essa disciplina define *opinião*. Esses autores conceituam *opinião* como *aquilo que as pessoas “pensam” acerca de algo, alguma coisa ou alguém* (1996, 16 e 17).

Figueiredo e Cervellini (páginas 44 e 45) nos mostram, ainda, que a Psicologia faz uma relação entre *opinião* e *atitude*. A ‘atitude’ estaria ligada ao permanente: é uma predisposição para que o indivíduo responda de uma determinada maneira perante uma situação ou um objeto. Assim, quando se diz “eu quero comprar esse livro”, refere-se a uma atitude; quando se diz “esse livro é muito interessante”, emite-se uma opinião.

E, ainda do ponto de vista psicológico, a opinião está mais perto das crenças do que das atitudes absolutamente racionais, que se baseiam em informações vastas sobre o tema que está sendo tratado. Ainda, segundo Figueiredo e Cervellini (1996, 17), *alguém já disse, inclusive, que a opinião se situa a meio caminho entre a ignorância e o saber*.

Numa ótica da Análise do Discurso, Van Dijk (1997), num estudo sobre as propriedades básicas das ideologias e a dimensão discursiva da ligação entre discurso e ideologia, apresenta uma distinção entre opinião geral e opinião pessoal:

Observe-se que a nossa noção de “atitude” difere das que são tradicionalmente usadas e que não estabelecem a distinção entre, por um lado, opiniões gerais, comuns a nível social e, por outro lado, opiniões pessoais específicas (cf. estudo de Eagly e Chaiken 1993). (Van Dijk, 1997, 116)

Schiffrin (1999), numa perspectiva interacional, entende *opinião* como um posicionamento avaliativo do indivíduo sobre uma dada circunstância, incluindo os ajustes e alinhamentos necessários. A autora identifica três pontos na explicitação desse conceito:

1º) não é possível observar e refletir sobre a opinião. Isso quer dizer, assim, que é difícil avaliar que tipo de sustentação seria suficiente para embasar uma opinião, num dado contexto externo;

2º) uma opinião tem, como base de sustentação, muito mais um enfoque subjetivo, interno, que afirmações objetivas de fatos. Daí, então, a dificuldade de se submetê-la à provação;

3º) opinião é também a representação de situações externas – circunstâncias a que a opinião se refere, sem se desconsiderar seu caráter cognitivo interno.

Outra questão que envolve os estudos sobre *opinião* é a distinção entre *opinião* e *argumentação*. Segundo Medeiros (1999, 48), opinião é o modo de ver pessoal, é juízo que se faz de alguma coisa, é uma conceituação subjetiva; e argumentação se refere *ao raciocínio pelo qual se tira uma consequência ou dedução*.

O mesmo autor mostra a diferença com os exemplos:

Não aceitamos tal mercadoria por estar muito feia.

Não aceitamos os chuveiros elétricos e as torneiras que nos foram enviados por apresentarem defeitos. Aqueles chegaram amassados; estas com roscas espanadas.

No primeiro exemplo, Medeiros identifica uma declaração que envolve opinião. No segundo, mostra que há uma argumentação, pois a declaração envolve fatos.

Para o presente trabalho, que estuda enunciados de opinião, há um interesse particular nas questões da ‘formação da opinião’, já que os espaços dedicados à opinião, na imprensa em geral, são do domínio de profissionais que representam os formadores de opinião numa sociedade. Mas temos consciência de que esse é um processo muito complexo, que começa em casa, com os pais, passando pela escola e continuando pela vida toda.

É evidente que algumas atitudes ou opiniões mais básicas, que fazem parte do sistema de valores de uma pessoa, são mais difíceis de mudar do que outras. Jean Paul Sartre disse certa vez que não tinha vergonha de mudar de idéia porque não tinha vergonha de pensar.” (Figueiredo & Cervellini , 1996, 54 e 55)

Para a teoria da comunicação, o processo de formação das opiniões inclui fatores básicos e fatores complementares. Nos fatores básicos, estão a educação, a vida familiar e a participação nos grupos primários (vizinhança, clubes, trabalho, associações etc). E os fatores complementares na formação da opinião são os meios de comunicação de massa, os grupos de pressão e a propaganda (Melo, 1985, 37).

No nosso entender, pode-se considerar, assim, que as diferentes definições de opinião têm subjacente o conceito de *saber*. Essa afirmação liga-se igualmente ao conceito de *saber* efetivado por Aristóteles que define *saber* como uma opinião verdadeira bem fundada.

Podemos ver isso exemplificado em Lingüística.

Culioli (1990, 131) diz que *savoir* no presente do indicativo (*je sais*) indica a posse de um conhecimento em relação a um estado de coisas e posse de um conhecimento.

Para uma definição de *saber*, Campos (1997, 17) identifica dois significados, dependendo de valores aspectuais que possam tomar, para o verbo *saber*: *saber*₁ = “ter conhecimento de” e *saber*₂ = “tomar conhecimento de”. Vejamos o exemplo e o que nos diz a autora:

(7) toda a sua vida Napoleão soube que o vinho alentejano era bom

(8) foi ao beber um copo de Reguengos que Napoleão soube que o vinho do Alentejo era o melhor

(...)

Em (7), *soube* significa “teve conhecimento de”: toda a sua vida remete para uma ‘duração’, ainda que delimitada, em concordância com as fronteiras subjacentes ao perfeito simples. Não me parece, portanto, que se possa falar aqui de transição: há um bloco de “saber” a que é associada uma certa extensão, mas não há construção do complementar linguístico, que corresponderia ao “não-saber”.

Em (8), a expressão ao beber um copo de Reguengos é marcador da fronteira (abstratamente sem qualquer espessura) que é construída e atravessada. *Soube* significa aqui “tomou conhecimento de” e remete para um processo que pode ser representado por um ponto.

(...)

Temos assim, em *saber*, um caso de homonímia no plano do discurso: por um lado *saber*₁ (=“ter conhecimento de”), que exprime um modo de processo não transitório, como em (14):

(14) ele sabe₁ que X ganhou as eleições

por outro lado *saber*₂ (=“tomar conhecimento de”), que exprime um modo de processo transitório, como em (15) e (16):

(15) ele soube₂ que X tinha ganho as eleições

(16) amanhã ele sabe₂ (=saberá) pela rádio que X ganhou as eleições.

Campos assinala, ainda, que, no estudo em questão, não realiza uma descrição exaustiva das significações do verbo *saber* e sim uma abordagem de algumas particularidades aspectuais desse verbo.

Assim, ao escrever um artigo de opinião, o enunciador constrói asserções que revelam o conhecimento que o mesmo tem acerca do assunto que está tratando. E todo conhecimento que cada autor tem não se revela apenas a partir da construção do verbo *saber*, é lógico. Como já tivemos a oportunidade de nos referir, entendemos que subjacente à construção do conhecimento explicitado na opinião está o verbo *saber*₁, conforme indicado em Campos acima.

No presente trabalho, efetivamos uma relação entre *opinião* e *saber*, que se apresenta em diferentes ocorrências modais construídas ou não com esse verbo.

Já em termos lógicos, não podemos afirmar que *S sabe que p* a menos que sejam satisfeitas as seguintes condições:

- 1^a. *S* acredita que *p*;
- 2^a. *p* é verdadeira
- 3^a. *S* tem boas razões para acreditar que *p*. (Barbosa Filho, 1999, 15).

Ou seja, opina quem considera o valor conceitual de *saber* expresso em “*S sabe que p*” sob as condições acima descritas.

Não entramos, entretanto, nas questões filosóficas do verbo *saber*, nem numa análise enunciativa particular desse verbo³. Apenas estamos mostrando que o valor modal de construções que envolvem a opinião passa pela compreensão de questões ligadas à lógica. Estabelecemos, sim, a relação desse verbo com a expressão dos valores modais.

2.2

O gênero ‘artigo de opinião’

Nesta parte do capítulo esboçamos as características que identificam o gênero de texto (artigo de opinião) que integra nossos corpora. A questão da tipologia do gênero textual (sem entrar, como já expressamos anteriormente, em

³ Para esse tipo de estudo, ver Culioli (1990), Campos (1998), Valentim (1998).

questões epistemológicas de conceituação e diferenciação⁴) deve ser enfatizada apenas no sentido de estabelecer parâmetros dicotômicos, tendo em vista a diversidade de expressões textuais existentes nas línguas naturais e a necessidade, enquanto método de investigação, de identificar semelhanças e diferenças para se caracterizar o objeto de estudo.

O gênero escolhido, artigo de opinião, foi selecionado na imprensa, mais especificamente em jornais. Não destacamos apenas artigos de jornais brasileiros ou apenas de jornais portugueses. Consideramos interessante recorrer aos dois jornalismo para que o estudo desse uma contribuição mais ampla à construção/reconstrução da significação desse gênero textual, já que, como mencionamos acima, a leitura de periódicos está incorporada aos hábitos culturais da maioria dos cidadãos brasileiros ou portugueses.

Os artigos selecionados incluem a produção de jornalistas, colaboradores fixos, políticos, filósofos. Não houve a intenção de privilegiar uma determinada categoria profissional. Se houvesse, teríamos escolhido textos de jornalistas. E as páginas de opinião são dedicadas a qualquer pessoa que se disponha a refletir sobre determinado fato para publicação. É um espaço democrático no sentido de o produtor do texto ser inteiramente responsável pelas opiniões expressas no artigo. Por isso, temos, nos corpora, representantes dos diferentes setores da sociedade.

Qualquer jornal possui um espaço destinado à opinião, além de outros consagrados à divulgação das notícias, daí existirem estilos claros de produção de textos jornalísticos.

Fontcuberta (1998, 73) nos fala que os meios de informação não utilizam a mesma forma de expressão literária, não existe o estilo jornalístico único. E, citando Dovifat (1959, 125), explicita três estilos diferentes para o jornalismo, com expressão própria, mas sempre obrigados a serem interessantes e atraentes: estilo informativo, estilo opinativo e estilo recreativo. É, porém, evidente que os traços definidores do estilo jornalístico derivam diretamente do estilo informativo. O opinativo utiliza-se de comentários ou editoriais e tem por objetivo convencer, persuadir ou atingir o pensamento do receptor. Por outro lado, o recreativo é o mais livre, pois o seu único objetivo é distrair, embora tenha igualmente que

⁴ Ainda sobre essa questão tipologia e gêneros textuais/discursivos, destacamos o trabalho de Guimarães (2000, 14-20 e 69), entre outros.

satisfazer a exigência básica do jornalismo: ser compreensível pelo público a que se dirige.

O *artigo de opinião* é nomeado de forma diferente no Brasil e em Portugal. No Brasil, é designado *artigo* e, normalmente, aparece nas páginas explicitamente designadas *Opinião*.

Em Portugal, designa-se *crônica*⁵ esse tipo de texto que aparece tanto em jornais quanto em revistas, e pode ser publicado em diferentes partes desses periódicos, como registra o *Livro de estilo do Público*, página 161: *crónica – (...) Texto de carácter mais ou menos polémico regularmente subscrito por um jornalista ou por uma figura publicamente reconhecida.*

Cascais (2001, 63) identifica *crônica* como uma peça de opinião mais personalizada entre os gêneros jornalísticos e a define como uma peça, impressa ou audiovisual, que transmite a perspectiva pessoal do seu autor e cuja liberdade do tema deve apenas ser condicionado pelo seu interesse para os outros, isto é, a *crônica* é um texto personalizado, mas o seu tema não é pessoal.

O artigo, quanto à forma, é um texto curto que se dirige a um público específico. Alguns jornais determinam algumas *normas* para a redação do artigo de opinião, como para a produção das notícias, reportagens, colunas etc. Daí a publicação de tantos manuais de estilo dos diferentes jornais, tanto de Portugal quanto do Brasil, já citados ou a serem citados no desenvolvimento deste trabalho. Para ilustrar, vejamos o exemplo dado por Burnett (1976, 50 e 51):

Passo agora à última parte destas digressões, para fazer uma rápida revisão de normas de estilo adotadas no Jornal do Brasil e que foram excluídas do nosso novo manual.

Não queiramos agir nunca como os jornais de Lisboa em 1872, quando chegaram a irritar Eça de Queirós, que escreveu um comentário dos mais mordazes – uma autêntica lição de jornalismo – criticando a absoluta falta de precisão de seus compatriotas ao registrar a visita que o nosso Pedro II fizera ao escritor Alexandre Herculano, em sua residência. Vou ler a página de Eça:

“Sua Majestade Imperial visitou o Sr. Alexandre Herculano. O fato em si é inteiramente incontestável. Todos sobre ele estão acordes, e a História tranqüila.

No que, porém, as opiniões radicalmente divergem é acerca do lugar em que se realizou a visita do imperador brasileiro ao historiador português.

O Diário de Notícias diz que o imperador foi à mansão do Sr. Herculano.

⁵O mesmo termo é utilizado no jornalismo francês, ou seja, designa-se “*crônica*” “o artigo de opinião que surge em datas fixas, mas não todos os dias, contrariamente à rubrica. (Ponthieu, 1998, 97). E “*rubrica*” é o que aparece diariamente ou semanalmente, objetivando “passar em revista os locais (...), as instituições (...), as pessoas (...), as actividades e até mesmo a história”.(Ibidem, 106)

O Diário Popular, ao contrário, afirma que o imperador foi ao retiro do homem eminente que ...

O Sr. Silva Túlio, porém, declara que o imperador foi ao tugúrio de Herculano; (ainda que linhas depois se contradiz, confessando que o imperador esteve realmente na tebaida do ilustre historiador que...).

Uma correspondência para um jornal do Porto afiança que o imperador foi ao aprisco do grande, etc.

Outra vem todavia que sustenta que o imperador foi ao abrigo desse que...

Alguns jornais de Lisboa, por seu turno, ensinam que Sua Majestade foi ao albergue daquele que...

Outros, contudo, sustentam que Sua Majestade foi à solidão do eminente vulto que...

E um último mantém que o imperante foi ao exílio do venerando cidadão que...

Ora, no meio disto, uma coisa terrível se nos afigura: é que Sua Majestade esqueceu de ir simplesmente à casa do Sr. Alexandre Herculano.

Uma Campanha Alegre, 1872

E, para concluir sobre o estilo a ser seguido, Burnett (*Ibidem*, 51) assevera que a *clareza, como resultado da simplicidade e da ilustração, é sempre preferível ao fraseado enrolado, às construções pernósticas, ao pedante, ao bombástico, ao rococó.*

Ramos (2000, 242) identifica, em artigos jornalísticos de opinião, recursos argumentativos com o objetivo de criar cumplicidade com o leitor para os seus pontos de vista, como podemos constatar em sua fala:

Outra estratégia linguística facilmente identificável reside no recurso à interpelação directa do leitor, procurando criar uma cumplicidade favorável à aceitação dos seus pontos de vista, concretizada em expressões nominais ou pronominais (caro leitor, você) ou no emprego de uma pessoa unanimista, pelo uso do nós (claramente como pronome ou gramaticalizado na desinência verbal)

Bouacha (1999, 23 e 24) explicita algumas características da ‘crônica’, como também se designa na França esse tipo de texto jornalístico, na televisão. Assim, esse autor diz que a crônica televisiva:

- é uma crítica *a posteriori*, pois é análise do evento, do fato;
- possui dupla propriedade: o texto é fortemente referencial, dado que evoca coisas vistas e entendidas na televisão; e, ao mesmo tempo, é lida como um texto autônomo, auto-referencial, suficientemente esclarecedor para uma pessoa que não tivesse as emissões em casa;
- constitui-se um exercício difícil do qual depende muito do talento do jornalista.

Para Bouacha, esta última característica, dependente do jornalista, pode ser atingida se esse assinalar três regimes discursivos, que se cruzem e interdependem: o autor da crônica apresenta, sob a forma narrativa, fatos e palavras; ele comenta, relacionando palavras e imagens; e, por último, ele generaliza inferindo de um conjunto de acontecimentos as regras que esclarecem os mecanismos da comunicação televisiva.

Esse gênero jornalístico, a crônica, tem sido muito utilizado pelo jornalismo na televisão brasileira. São, em geral textos autônomos de jornalistas, que apresentam características híbridas do discurso jornalístico e literário. Arnaldo Jabor é um representante desse grupo de cronistas brasileiros.

Vale acrescentar que o artigo de opinião é um gênero de texto comum também ao meio acadêmico. Na academia, é o espaço de divulgação de pesquisas e tem um comprometimento com o saber científico, além de apresentar igualmente um caráter opinativo.

Entendemos, então, como características de um *artigo jornalístico de opinião* :

- a matéria do artigo jornalístico é o fato e a opinião sobre o fato;
- a argumentação é vinculada aos fatos e ao senso comum, havendo mais espaço para argumentação de cunho emocional;
- no artigo jornalístico, o autor procura construir algum tipo de identificação e cumplicidade com o seu leitor;
- o foco específico do artigo jornalístico é o evento recente, o tema de interesse imediato na vida diária da comunidade. A questão da temporalidade é importante: a atualidade e a importância dos conteúdos estão diretamente relacionados ao contexto situacional e cultural, especialmente em âmbito nacional e, às vezes, internacional;
- o posicionamento do autor deve ser expresso por declarações, opiniões, definições e as interpretações são feitas de forma direta e categórica. Segundo Garcia (1995, 27), *deve-se evitar, com exceção de momentos muito especiais, o comentário que apenas registra pasmo, admiração ou indignação*. Loffler-Laurian (1975, 92) realiza um trabalho sobre a ênfase na imprensa, mostrando que esse procedimento, caracterizado pelo uso de

intensivos, de processos de reforço destinados a colocar vários elementos de um enunciado, de processos de exageração ou de acentuação – nos níveis lexical, sintático, morfológico e tático – visando a aumentar o valor ou o impacto afetivo do enunciado, é um recurso muito utilizado, o que se contrapõe, de certo modo, ao evocado por Garcia, que limita esse procedimento a situações muito especiais. Mas, como veremos, esses recursos se constituem manifestação da opinião construídos nos valores modais;

→ o autor de artigo jornalístico de opinião pode recorrer a citações, mas estas são utilizadas ocasional e informalmente, sem detalhes explícitos, pois o que deve predominar são as posições do autor.

2.3

Aspectos da história da opinião no jornalismo

Já que estamos estudando do artigo jornalístico de opinião, consideramos necessário pesquisar um pouco sobre a história⁶ da opinião no jornalismo português e no brasileiro.

A imprensa de opinião surgiu, em Portugal, com a promulgação da Lei de Liberdade de Imprensa, em 12 de julho de 1821, com rubrica e guarda de D. João VI, cujo artigo 1º dizia que *toda a pessoa pode, da publicação desta Lei em diante, imprimir, publicar, comprar e vender nos Estados Portugueses quaisquer Livros ou Escritos sem prévia censura*. (Tengarrinha, 1989, 128/129).

O jornal mais lido, na época em Portugal, era o Astro da Lusitânia (Lisboa, 1820 a 1823),

que se distinguia pela oposição que fazia aos actos do Ministério no sentido ultraliberal (...). Publicava-se às segundas, quartas e sábados, ao preço de 60 réis cada exemplar, e as suas directrizes encontram-se bem expressas na “Apresentação” com que abre o primeiro número:

“Vamos com uma mão, que muitos chamarão sacrílega, levantar o espesso véu que tem escondido tantos crimes, tantos erros e tantos absurdos: vamos, bem o sabemos, desafiar as fúrias todas de muitas classes, de muitos homens interessados na existência das nossas antigas e defeituosas instituições e que

⁶As fontes de consulta para o conteúdo histórico do presente capítulo são, basicamente, Tengarrinha, 1989, Bahia, 1990 e Garcia, 1998.

sepultados no mais torpe egoísmo não acordam nem ainda com dolorosos gemidos de dois milhões de desgraçados portugueses“ (Tengarrinha, 1989, 131).

Mas o grande surto da imprensa de opinião ocorre após 1834 e está relacionado intimamente à vitória do constitucionalismo e à construção de uma sociedade que se assentasse numa ordem burguesa, pois era a burguesia que comprava os jornais (*Ibidem*, 150-151).

Nos séculos XVII e XVIII, um periódico era produzido por um proprietário de tipografia. A atividade de escrever para os jornais nesses dois séculos era exercida, quase sempre, por tradutores de folhas estrangeiras ou mercenários que escreviam o que lhes mandavam as pessoas importantes da Corte ou do governo. Por isso mesmo, foi caindo o prestígio desses periódicos.

Com a imprensa valorizando cada vez mais o caráter opinativo⁷, a partir de 1834, assinalaram-se alterações profundas na rotina de um periódico. Além do pessoal de tipografia, um jornal de importância incorporou um editor, um redator-responsável, um ou dois noticiaristas encarregados da tradução das folhas estrangeiras e da informação nacional e um folhetinista, que então se limitava a redigir crônicas de literatura e artes.

Os cronistas tiveram um importante papel na imprensa de opinião em Portugal. Normalmente, quem escrevia para um jornal deveria estar afinado com sua linha ideológica e escritores, como Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Rodrigo da Fonseca e Visconde de Juromenha, fizeram, publicamente, uma declaração de repúdio a esse comportamento dos jornais, manifestando a necessidade de independência do escritor em relação à linha política dos jornais.

Ainda hoje percebemos o importante papel exercido pela imprensa de opinião em Portugal. Há espaço para a opinião não apenas veiculada na imprensa escrita, mas igualmente na televisiva. Além de muitos programas em que se discutem opiniões acerca dos diferentes fatos ocorridos, há articulistas que exercem forte influência no público português, como Marcelo Rebelo de Sousa que se apresenta semanalmente num canal de televisão com uma grande audiência. Daí Fonseca (1999, 70) dizer que o discurso de opinião é onde se encontra um olhar crítico sobre situações ou acontecimentos sociais ou políticas

⁷Com o constitucionalismo a “liberdade permitia que se formasse uma verdadeira imprensa de opinião que, sem restrições, debatia os candentes problemas que o País vivia” (Tengarrinha, 1989, 150/151)

da atualidade; se encontra o exercício da influência, das atitudes de combate para idéias e ideais.

Vejamos agora um pouco da história do jornalismo de opinião no Brasil.

O primeiro jornal, *Correio Brasiliense*, foi editado em Londres (1º de junho de 1808) pelo gaúcho Hipólito José da Costa Furtado Pereira de Mendonça, mais conhecido por Hipólito da Costa⁸, que era a favor da República e, por isso, não editou o jornal no Brasil, porque se o fizesse seria, naturalmente, preso, em função do regime imperial.

A visão política de Hipólito da Costa pode ser externada com o programa do *Correio Brasiliense*, que concretiza suas idéias de

monarquia constitucional, liberdade de opinião, abolição da escravatura, defesa da imigração, criação do júri popular, instituição da universidade, mudança da capital para a região central, independência do Brasil. (Bahia, 1990, 25).

Outros informativos, no Brasil, não tinham esse problema, como os da imprensa abolicionista ou da imprensa a favor da escravidão.

No raiar do século XIX, os jornais eram completamente diferentes dos atuais, no conteúdo e na forma. Ler jornal naquela época era ato bem diverso da corriqueira leitura de hoje. Por vários motivos, alguns específicos do *Correio Braziliense*: feito por Hipólito em Londres, levava pelo menos dois meses para chegar de navio ao Brasil. A imprensa tinha em geral formato pequeno (in-oitavo, como os livros) e constituía-se de forma artesanal (não industrial) rodada em tipografias (Morel, 2002, 6).

Durante quase quinze anos, Hipólito Costa edita o *Correio Brasiliense* ou *Armazém Literário* em Londres. “Seu jornal é moderno, dinâmico, crítico. Mensário, impõe-se pela opinião e pela informação política”. (Bahia, 1990, 09).

A imprensa no Brasil só se iniciou oficialmente com a chegada de D. João VI, em 1808. Inicialmente, em maio de 1808, instalam-se as oficinas da Imprensa Régia e, em setembro, passa a circular o primeiro jornal apoiado pela administração colonial portuguesa, a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

⁸ “Filho do Iluminismo e parceiro do Romantismo, polígrafo e poliglota, encarnado inimigo da tirania, da escravidão, da intolerância, Hipólito defendia o secularismo e a liberdade de opinião e crença.” (Alberto Dines, *Jornal do Brasil*, Caderno B, 16/06/01, página 10,

O *Correio Brasiliense* foi o primeiro jornal brasileiro porque seu início deu-se, como já dissemos, em junho de 1808, um pouco antes, portanto, da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Os dois jornais não se diferenciavam apenas pelo reconhecimento oficial da Corte Portuguesa, mas também pelo conteúdo.

A *Gazeta* não é um jornal de pauta variada, de seções e comentários, como o *Correio Brasiliense*. Seu perfil é de um órgão criado para informar sobre a vida administrativa e a movimentação social do Reino e que, por ser o único aqui editado, absorve a história de forma documental: editais, pequenos anúncios, leilões, perdidos e achados, atos do governo. Às vezes registra por via indireta um escândalo, como o rapto de D. Eugênia Costa pelo Chalaça. Ambos, acusados de levar pratarias do Paço, são proibidos de circular em palácio por decisão do príncipe-regente. (Bahia, 1990, 18).

No início do jornalismo brasileiro, tudo que se publicava era opinião. Não havia a preocupação com a veiculação da informação, como hoje em dia. De um modo geral, o jornal era composto, basicamente, de artigos assinados e de pequenas notícias sobre a chegada de navios da Europa, os preços dos produtos agrícolas, os nascimentos, os batizados e os casamentos (Garcia, 1998).

Os artigos continham a opinião de pessoas ligadas aos meios culturais, que opinavam sobre assuntos variados como fatos políticos, administrativos e culturais. Para se informarem, os leitores tinham de procurar nas entrelinhas, pois o objetivo principal dos artigos era revelar, tratando-se dos literatos, o domínio retórico na produção dos textos; ou, para outros escritores, o objetivo estava centrado no ato de convencer os leitores de alguma coisa.

Morel (2002, 6), entretanto, identifica um caráter informativo nesse período, destacando o aspecto empreendedor contido na imprensa:

Além de informativa, apresentava acentuado tom doutrinário e polêmico: buscava formar, informar e “inconformar” seus leitores. Apesar das mudanças, algo permanece – e permanecerá. O empreendimento é uma das pontes entre as origens da imprensa e seu futuro.

A natureza dos veículos de comunicação perdurou assim por muito tempo. Como exemplo, podemos citar a imprensa do século XIX que era predominantemente persuasiva. Nessa época, havia a imprensa escravagista, a imprensa abolicionista, a monarquista (na verdade, a que defendia a monarquia) e a republicana (Garcia, 1998).

O que estamos mostrando é que não havia notícia, havia basicamente opinião e a notícia entrava na medida em que alguém a usava para dar reforço ao seu ponto de vista.

Assim, o objetivo da imprensa era convencer seus leitores de alguma coisa, como de uma causa política ou, no caso dos literatos, convencer o leitor quão brilhante era o autor daquilo que ele estava lendo. Mas, aos poucos, as pessoas foram descobrindo que era importante serem informadas sobre os fatos, já que esses eram importantes na vida delas.

Foi-se descobrindo que havia um lugar para uma imprensa dedicada principalmente a fornecer fatos aos leitores e que isso era um negócio. Nasceu, então, o jornal cujo objetivo não era político ou cultural: passamos a conhecer um jornal que tinha a função de vender fatos a quem quisesse comprá-los. Mas, durante muito tempo, convivemos com as duas formas de jornalismo, o opinativo e o noticioso (Garcia, 1998).

Já no século XX, na década de cinquenta, por exemplo, ainda havia o jornalismo altamente panfletário, no qual coexistiam a notícia e a opinião, e era buscado, principalmente, para saber a que cinema se iria, qual farmácia estava de plantão, qual era a feira livre daquela semana, quais eram os candidatos às eleições etc. Comprava-se jornal também para conhecer a opinião de quem escrevia os chamados *artigos de fundo*, o que hoje se chama *editoriais*. A década de cinquenta revelou jornalistas famosos por sua retórica persuasiva, como Assis Chateaubriand⁹ e Carlos Lacerda.

Chateaubriand realizou diversas campanhas bem sucedidas, como a campanha pela aviação civil e pela criação do Museu de Arte de São Paulo¹⁰. Ele misturava, em seus artigos, um espírito pioneirístico em prol de causas nobres com o hábito de sensibilizar milionários a fazer doações para as causas que ele defendia. Com isso, ele proveu o Museu de Arte de São Paulo de obras valiosas. Freyre (2000, 21) destacou o empenho de Chateaubriand para as causas brasileiras

⁹“Na história da imprensa brasileira existe uma Era Chateaubriand, coincidente com a decolagem do jornalismo como indústria de massa. Muito desse tempo é dominado pelo pioneirismo e também pelo que se pode denominar de “visão do sucesso” de Assis Chateaubriand” (Bahia, 1990, 260).

¹⁰“Ávido de sensações, ele [Chateaubriand] abriga uma prática jornalística que procede do começo do século – a das campanhas – renovando-a e dinamizando-a com a sua energia, a sua criatividade e a sua peculiar capacidade de ousar.” (Bahia, 1990, 260).

ao valorizar tudo que é expressão do gênio brasileiro: da pintura à culinária; da arquitetura ao foot-ball; da música ao vinho.

Lacerda, por seu turno, conseguiu transformar-se em um jornalista influente e chegar a governador do Estado da Guanabara (que se transformou, numa fusão com o antigo Estado do Rio, em Estado do Rio de Janeiro), começando suas atividades em um pequeno jornal de pouco conteúdo informativo. Com sua capacidade de brilhante articulista, conseguiu, a partir daquele jornal pequeno, fazer uma campanha que acabou levando à derrubada o Presidente Getúlio Vargas, que, em seguida, se suicidou.

Para concluir este capítulo, mais algumas observações.

Nos dias de hoje, em Portugal e no Brasil, os jornais são essencialmente informativos, mas reservam um espaço para a opinião da empresa jornalística que produz o jornal (designado *editorial*) e um outro espaço para a opinião que é dividido entre articulistas pagos para tal tarefa, profissionais com autoridade em áreas diversas e público em geral que manifeste sua opinião sobre um determinado fato de interesse momentâneo para a sociedade. Essa última categoria de opinião é a categoria dos artigos (no Brasil) ou crônicas (em Portugal), como já falamos acima.

É bom esclarecer que os textos jornalísticos designados por crônicas, no Brasil, são produzidos, normalmente, por escritores ligados à literatura, que fazem da crônica um misto de jornalismo e literatura¹¹. Produzem textos que versam sobre uma notícia, um fato do momento, com uma linguagem trabalhada de forma poética. Esse gênero ultrapassa a mídia impressa e é produzido também nos veículos televisivos, como também já observamos em espaço anterior.

As crônicas no Brasil, por isso, possuem simultaneamente caráter temporal e atemporal. Temporal, no tocante ao tratamento jornalístico, retratando um determinado momento; e, atemporal, porque, apesar de refletir um determinado fato, constitui-se uma peça literária a ser lida a qualquer tempo. Como exemplos de cronistas brasileiros, temos: Afonso Romano de Sant' Anna, Carlos Drummond de Andrade, João Ubaldo Ribeiro, João Cabral de Melo Neto, entre tantos outros.

¹¹Afonso Romano de Sant' Anna, em crônica publicada no Jornal *O Globo*, de 28 de fevereiro de 2001, explica esse tipo de texto: "Por ser um gênero entre o jornalismo e a literatura, a crônica pode usar da sedução da palavra literária para obter uma resposta imediata que só o jornalismo dá"

Em Portugal, cronista, normalmente, é o produtor de artigos de opinião, independentemente do valor literário.

Existe uma certa confusão, principalmente no Brasil, entre os dois tipos de opinião: a dos jornais e a dos produtores de artigos de opinião. Por esse motivo, os jornais recebem muitas críticas: a opinião da empresa jornalística é confundida com a opinião dos articulistas, que têm, normalmente, liberdade na expressão de seu ponto de vista, mesmo que diferente do jornal.

Em 29/01/00, na página 11, o *Jornal do Brasil* publicou o seguinte esclarecimento, sob o título “O pensamento não é único”:

Muitos leitores confundem a opinião do jornal com a opinião de seus colaboradores, articulistas e colunistas. O JB tem na sua opinião, sempre franca e independente, exposta nos seus editoriais (que não são assinados), seu mais importante patrimônio. Sendo, no entanto, um jornal "ecumênico", publica também material opinativo e crítico à sua "linha", como costuma demonstrar nesta página.

Ainda sobre essa confusão na manifestação da opinião, o mesmo *Jornal do Brasil (JB)* publicou, em 15//07/00, na página 11, a seguinte nota, sob o título “Entrelinhas, denúncias e interesses”:

Não há dúvida de que repórteres e colunistas deste e de outros jornais, por falta de cuidado no manejo da notícia ou por vezo político-ideológico (com um “contudo”, um “entretanto” ou um “enquanto que...”, repórteres estão, muitas vezes, opinando), levam os leitores a conclusões equivocadas.

O então Diretor de Redação do *Jornal do Brasil*, jornalista Fritz Utzeri, na coluna designada “Conversa com o leitor”, publicada em 13/08/00, na página 09, nos mostra, entretanto, que esse jornal procura ser imparcial, o que, ele mesmo reconhece, não ser 100% possível, mas argumenta que cada repórter sabe que não deve opinar, não deve distorcer fatos, nem favorecer o que lhe parecer o lado “do bem”. Dessa busca da imparcialidade, segundo ainda Utzeri, nasce a credibilidade de um veículo de comunicação e no JB seu corpo editorial tem feito das “tripas coração para manter intocada essa tradição de objetividade, inteligência e esforço para chegar o mais próximo possível da verdade”. Quanto às colunas de opinião e editoriais, ele diz que a perspectiva é outra. Editoriais exprimem pontos de vista,

interesses da empresa, e é comum vê-los discordando de movimentos e organizações aos quais o jornal dá amplo espaço, e cobertura isenta.

Esse aspecto merece destaque no jornal *Folha de São Paulo* já que, na página de *Opinião*, em que se publicam os artigos de colaboradores, vem sempre a seguinte nota:

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

Isso nos revela a grande preocupação de se tornar pública a questão da imparcialidade dos meios jornalísticos, mas na atividade constante de leitura dos jornais, numa leitura das entrelinhas, sabemos que é difícil um distanciamento, mesmo em notícias as mais comuns. As expressões dos valores modais evidenciam um caráter de comprometimento com aquilo que qualquer enunciador escreve.

A opinião, num jornal, pode aparecer nos espaços dedicados aos artigos de opinião e aos editoriais, e em outras partes, tais como: nos comentários, nas charges, nas colunas assinadas, nas crônicas, nos ensaios (artigos mais longos, com o tema mais aprofundado). Além de terem em comum com o artigo a manifestação da opinião, também se caracterizam, como este último, por refletir sobre fatos do dia-a-dia da cidade, do país ou do mundo.